

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: 106

Data: 26.10.84

Pg.:

Juruna também acusa Maluf de suborno

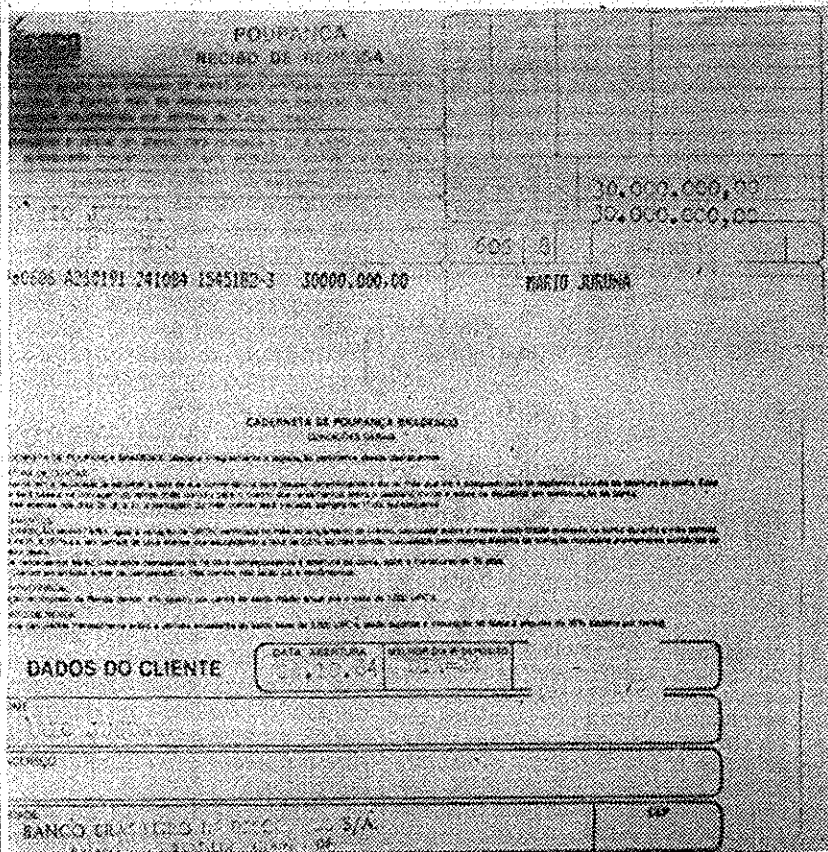


Foto Sérgio Borges - Telefoto Estado

O deputado exibiu um recibo de depósito de Cr\$ 30 milhões

Petebista pede apuração

AGÊNCIA ESTADO

O deputado Farabulini Júnior (PTB-SP) afirmou ontem em Brasília que o candidato Paulo Maluf, uma vez que, "antes é deputado", está sujeito aos artigos do Regimento Interno da Câmara e esse código estabelece que qualquer deputado que atente contra o decoro parlamentar é passível de processo e perda de mandato. "Por isso, é hora de a Mesa da Câmara apurar as denúncias de corrupção apresentadas contra o deputado Paulo Salim Maluf, tomando as providências que se façam cabíveis", frisou.

Farabulini Júnior observou que as denúncias de corrupção contra o candidato do PDS são mais do que patentes, feitas inclusive por dois parlamentares — Alceni Guerra, do PDS, e Mário Juruna, do PDT. "São dois parlamentares que acusam e que estão dispostos a dar toda a sua colaboração para que se confirmem as denúncias que fizeram".

E concluiu: "Se comprovada a denúncia de corrupção, é caso de perda de mandato. Cabe, agora, à Mesa da Câmara tomar a iniciativa da apuração dessas denúncias, para que a Casa continue mantendo o respeito e a dignidade".

Em Ibiúna (SP), o governador Franco Montoro (PMDB) afirmou ontem que "o golpe do voto secreto para a escolha dos delegados das Assembleias Legislativas ao colégio eleitoral foi o chamado tiro pela culatra: de um lado desmoralizou mas ainda o comando malufista, pois demonstra que efetivamente ele não gosta de jogo limpo; e de outro está beneficiando o candidato da Aliança

Democrática, Tancredo Neves, que vai vencendo na escolha em todos os Estados do Nordeste".

Na opinião de Montoro, o PDS "vem agindo como sabe agir, isto é, procurando os caminhos escusos, o jogo sujo, uma forma de conduta que o povo repele e não aceita mais".

A respeito das denúncias de tentativas dos malufistas de comprarem votos dos convencionais, o governador assegurou que a resposta será dada pelo povo, "pois o povo sabe que a Presidência da República não está à venda". Montoro acredita que os seguidores de Paulo Maluf já estão tomados pelo desespero, "pois a derrota é certa, mas buscam agora alternativas pouco certas e limpas, como a de comprar o voto dos convencionais. Graças a Deus — acrescentou — a maior parte da classe política está dizendo que não se vende, que não se corrompe e que, portanto, vai apoiar Tancredo Neves".

Por sua vez, o governador Leonel Brizola (PDT) afirmou ontem no Rio que, em 30 anos de vida pública, nunca viu nada parecido com as recentes denúncias de compra de votos e até de mudanças nas regras do jogo sucessório. A seu ver, é possível que algumas pessoas estejam cultivando esse ambiente para terem o pretexto de denunciar o processo de abertura.

Brizola também considerou que o "deprimente" episódio de corrupção com a tentativa de compra de votos está indignando o povo brasileiro e que "quem sair nesse tipo de situação comete um grande engano e vai ser motivo de desprezo e até do repúdio do povo". Observou ainda que as denúncias comprometem até o bom nome do País.

"Primeira proposta, ir para reserva indígena; segunda proposta, votar; terceira, não votar." Estas foram as opções oferecidas ao deputado Mário Juruna (PDT-RJ) pelo coordenador da candidatura Paulo Maluf à Presidência da República, empresário Calim Eid, segundo denúncia do parlamentar apresentada à imprensa ontem pela manhã na Câmara. Como prova de sua acusação, Juruna apresentou um recibo de depósito de Cr\$ 30 milhões em sua conta no Bradesco e um papel com a letra de Calim Eid, indicando quantias de setembro a dezembro, num total de 60, mais 50 ou 150 em janeiro — em milhões de cruzeiros. A proposta total era de Cr\$ 370 milhões pelo voto.

O deputado pedetista passou toda a tarde de ontem tentando fazer um discurso contendo essas denúncias, mas a bancada malufista se valeu de manobras regimentais para impedir seu acesso à tribuna. Com a suspensão da sessão, tumultuada pelos malufistas liderados por Nilson Gibson (PE), Juruna falou à imprensa reproduzindo os principais itens de seu discurso e anunciou sua adesão à candidatura da Aliança Democrática.

Juruna revelou que havia procurado os dois candidatos várias vezes, transmitindo-lhes três preocupações: o problema do índio, o trabalho da Funai e a demarcação das terras. "Quer assumir com Maluf? Com Maluf não faltará o que precisa, terá tudo" — garantiu-lhe o candidato do PDS no primeiro contato. O parlamentar relatou que não podia responder.

Então, Paulo Maluf ofereceu-lhe uma indicação para o Ministério de Assuntos Fundiários e outra no Ministério do Interior. "Mas o Interior já estava com o Ceará, eu soube" — acrescentou.

"Se votar, dá mais"

Depois, no escritório do candidato, em data que não soube precisar, foi recebido por Calim Eid, que lhe ofereceu Cr\$ 15 milhões num envelope. Mais tarde, no Hotel Nikkey, outros Cr\$ 15 milhões, tirados de uma gaveta. "Ele disse que o dinheiro vinha todo de São Paulo." Juruna contou ter perguntado que problema poderia resolver com o dinheiro. "Ele disse: se votar no colégio, dá mais; se não votar, for para a reserva indígena, é Cr\$ 370 milhões. Af eu perguntei: é se Juruna não votar? O careca disse: "Você me devolve o dinheiro! Ainda bem que não gastei."

"Careca é vivo" — observou ainda o parlamentar, revelando em seguida que, de fato, Calim Eid procurou-o para exigir a devolução do sub-

orno: "Estava desconfiado, achava que Juruna não votava. Esse dinheiro é roubo, é do povo, não posso roubar. Não sei conta Calim, aí depositel no banco".

O objetivo de Juruna, segundo explicou, era reter o dinheiro à espera de acusação dos malufistas. "Esperei a acusação para tentar provar. Eu não sei como peguei o dinheiro. Prescava. Não tive coragem de gastar. Eu andava com o dinheiro na pasta" — assegurou.

"Primeira proposta, ir para reserva indígena; segunda proposta, votar; terceira, não votar. Agora tem palavra: vou votar no Tancredo, não aceito trair o povo. Tancredo não promete nada: disse Juruna que, depois eleito, vai pensar, vai procurar Juruna. Maluf gosta de adiantar proposta. Olha, esse dinheiro é roubo; não é dele, é do povo" — concluiu o cacique xavante.

Obstrução malufista

As manobras regimentais dos malufistas para evitar o discurso de Juruna da tribuna — mesmo à custa de nove derrotas sucessivas em votações — não impediram o deputado pedetista de exibir às câmaras de TV, dentro do plenário, os papéis que comprovariam o suborno proposto pelo candidato do PDS através de Calim Eid. O parlamentar nem viu sua entrevista à TV, por volta de 13 horas, preferindo postar-se em plenário à espera do início da sessão em que faria o discurso contendo as denúncias contra Maluf.

As 16 horas, falando pela liderança governista, o malufista Nilson Gibson acusou Juruna de haver procurado Calim Eid para avisar-lhe que deveria cobrir a proposta de Cr\$ 400 milhões feita por Tancredo Neves. "Senhor presidente, fui acusado. Acusado meu nome. Vossa excelência (apontando para Gibson) tá sempre mamando na multinacional e no empresário. Sou muito mais sério, vossa excelência está-me acusando aqui" — respondeu o cacique e voltou a sua cadeira, para aguardar o momento de subir à tribuna e fazer sua denúncia. Havia mais de cem parlamentares em plenário e as galerias estavam praticamente tomadas por moradores dos subúrbios de Brasília.

A ordem do dia, quinta-feira, previa votações. Na primeira, um requerimento de preferência, o PDS perdeu; o vice-líder Celso Barros tentou pedir verificação mas foi contido por Nilson Gibson, que já havia pedido por escrito o adiamento da votação da matéria. Depois dessa vitória, o PDS passou a votar contra os projetos apresentados, enquanto os oposi-

cionistas PMDB, PDT e PT votavam a favor e o líder do PTB, Celso Peçanha (malufista), que normalmente acompanha o partido governista, ontem se juntou à oposição.

A tática do PDS era ganhar tempo, até aceitando sucessivas derrotas em vez de pedir verificação de quorum, que encerraria a pauta de votação, passando aos discursos; a oposição também não tinha por que pedir a chamada nominal, pois ganhava as votações, graças ao inesperado apoio do PTB. Havia 186 proposições na pauta, mas no item 17 a estratégia foi descoberta: o PDS votou contra e teve o inusitado apoio do PDT. Ganhou — e o PMDB pediu verificação.

"É golpe, é golpe"

Outra surpresa: Walber Guimarães (PMDB-PR) suspendeu a sessão por "até 20 minutos", sob protestos, pois a praxe é dez minutos de intervalo para que os deputados ocupem seus lugares e marquem os códigos para a votação eletrônica. Havia 144 parlamentares, mas são necessários 240 e nada mais se votaria. A oposição pediu o adiamento de 24 dos 28 projetos em discussão e os malufistas aproveitaram para continuar a obstrução durante a discussão dos quatro restantes.

Theodorico Ferraz (PDS-ES), ex-líder do grupo Participação, já convertido ao malufismo, ameaçou iniciar os debates mas desistiu, cedendo a palavra a Nilson Gibson. Faltava uma hora para o término da sessão e vários malufistas se inscreveram, com direito a falar por 15 minutos.

Inquieto, Juruna foi à Mesa pedir explicações ao assessor da presidência, Paulo Afonso Martins de Oliveira (tido como malufista), para o adiamento de seu discurso. "Há matéria em discussão", foi a resposta. "É golpe e golpe" — reagiu o cacique xavante, dirigindo-se ao presidente da Mesa, Walber Guimarães. "Eu quero esculhambar esse pessoal!"

Eduardo Suplicy (PT-SP) ajudava Juruna tentando provocar Gibson para que falasse o nome do pedetista, dando-lhe oportunidade de responder. Em vão Juruna pegou o microfone de apertar mas o malufista usou the deu a palavra, voltou-se, então para as galerias aplausos. Walber suspendeu a sessão e mandou evacuar as galerias.

Microfones desligados, Juruna subiu a tribuna e iniciou o discurso, mas foi retirado por Brandão Monteiro, líder do PDT Flórencio Paixão (PDT-RJ) e Juarez Bernardes (PMDB-GO). "É uma afronta à Mesa, deputado. É isso que eles querem."

Eid diz que deputado pediu dinheiro

"Ele não pediu dinheiro para garantir votos e, sim, para tratar do filho e para dar sustento a seus índios e afirmar que tinha mais simpatias pelo nome de Paulo Maluf. Eu lhe disse que ele deveria votar com seu ideal e não por dinheiro. Os votos não são comprados. Os deputados são homens dignos, não se vendem, votam de acordo com seus ideais." As palavras são do coordenador da campanha eleitoral do deputado Paulo Maluf, empresário Calim Eid, que ontem negou ter dado

Cr\$30 milhões ao deputado Mário Ju-

runa (PDT-RJ). Segundo Eid, Juruna o procurou "no final de agosto ou início de setembro".

Em tom grave, o empresário relatou à imprensa, no auditório do subsolo do San Marco Hotel, onde o presidente do PDS dá entrevista, que Juruna lhe pediu "um dinheiro mensal para atender a essas necessidades". Eid respondeu, segundo ele mesmo, que não podia atender. "Ele então me informou que recebera oferta de Cr\$500 milhões do candidato Tancredo Neves" — afirmou Calim

Eid, acrescentando: "Acredito que ele tenha recebido entre 500 milhões por estar alinhado ao movimento que visa desestabilizar a candidatura Paulo Maluf". Indagado sobre se deu Cr\$30 milhões a Juruna, respondeu: "Essa acusação não é verdadeira. Ele está servindo de instrumento da Frente Liberal". Quanto à denúncia do deputado Alceni Guerra (Frente-PR), de que Maluf tentou lhe subornar em troca de voto, Eid disse que ele "está querendo se vender e bem caro ao Tancredo Neves".